

150 anos da ‘Revolução Marginalista’

Contribuição de Menger fundou a Escola Austríaca e é o pilar da economia contemporânea

Helio Beltrão

Engenheiro com especialização em finanças e MBA na Universidade Columbia, é presidente do Instituto Mises Brasil

Este ano de 2021 representa o sesquicentenário da chamada “revolução marginalista” na ciência econômica, que suplantou a Escola Clássica e deu origem à escola neoclássica e à Escola Austríaca de Economia.

A efeméride se refere à articulação independente e quase simultânea —por Carl Menger, William Stanley Jevons e Léon Walras— dos princípios da utilidade marginal decrescente e da teoria subjetiva do valor, pilares centrais da atual mainstream (a ciência econômica mais ensinada nas universidades ao redor do mundo).

Durante milênios, pensadores como Platão, Copérnico e Adam Smith fracassaram em explicar o paradoxo do valor: por que uma garrafa d’água vale menos no mercado do que um quilate de diamante, que é menos importante e útil que a água? Os pensadores estavam aprisionados à convicção de que o valor de um bem deveria guardar relação umbilical com sua utilidade.

Menger demonstrou que a satisfação propiciada por uma unidade de um bem é avaliada pelo indivíduo, subjetivamente, segundo a utilidade daquela unidade concreta (a

unidade “marginal”) adquirida. Não está em jogo passar a vida toda sem água ou sem diamante, caso em que a água valeria todo o dinheiro do mundo. Na prática do dia a dia, o indivíduo normalmente já tem acesso a água. Portanto, a utilidade de uma garrafa adicional é pequena, ao passo que a utilidade de um diamante pode lhe parecer alta, em particular se não possuir nenhum.

A adoção do subjetivismo e do individualismo metodológico descritos acima inverteu a seta causal defendida pela Escola Clássica. Na visão do

clássico David Ricardo, a causalidade no valor dos bens se dava no mesmo sentido que a produção. Recursos naturais (ex: minério, carbono) são usados para produzir bens intermediários (ex: aço, alumínio), que, por sua vez, são transformados em um bem final (ex: smartphone) que atende às necessidades do consumidor.

Para Ricardo, o valor dos recursos naturais determinava o dos bens intermediários, que, por sua vez, determinava o valor do bem final que o consumidor comprava. Derivou daí a teoria ricardiana de que o valor

é atrelado ao custo de produção, que Karl Marx adotou para sua teoria do valor-trabalho.

Ambas as teorias foram refutadas pela revolução marginalista. Em 1871, em seu “Grundsatze” (“Princípios”), Menger demonstrou que a seta causal era a oposta: a partida do processo é a determinação (inter)subjetiva do valor do bem final pelos consumidores.

Por outras palavras, o valor não tem a ver com o custo, com o trabalho envolvido, ou com as propriedades inerentes do bem, mas é determinado por sua utilidade marginal para o consumidor. A partir daí, os preços dos bens intermediários e dos recursos naturais são derivados (ou “imputados”), sucessivamente ao longo da cadeia, de trás para a frente, a partir da avaliação do bem final pelo consumidor.

No nascimento, em 1871, a Escola Austríaca e a escola neoclássica pareciam dividir a mesma

forma de ver o mundo. Com o tempo, ficou aparente que o ramo neoclássico considera a economia uma ciência exata e a Escola Austríaca julga o ser humano, imperfeito e temperamental, como ponto primeiro e central de todo o processo econômico.

São visões irreconciliáveis, refletidas em diferentes métodos para conduzir a ciência. A maior parte das contribuições da Escola Austríaca foi incorporada ao mainstream. Mas a diferença de visões persiste e não foi totalmente resolvida.

Apesar de a Escola Austríaca ser minoritária comparada aos neoclássicos, é a escola econômica mais antiga e a que mais cresce no mundo desde a falência da Curva de Philips, nos anos 1970, processo acelerado a partir da crise de 2008.

Depois de 150 anos da “Revolução Marginalista”, Menger vive, e seu método para as ciências sociais ainda procura uma refutação.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Alta dos combustíveis pressiona inflação da classe média em março

Em 12 meses, no entanto, famílias de menor renda sofrem mais, em razão do aumento de preço dos alimentos, diz Ipea

Douglas Gavras

SÃO PAULO As famílias mais afetadas pela inflação em março foram as de classe média (que ganham entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83) e de média-alta (de R\$ 8.254,83 a R\$ 16.509,66), de acordo com levantamento do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A variação de preços para esses grupos passou de 0,98% e 0,97% em fevereiro, respectivamente, para 1,09% e 1,08%.

O grupo que mais contribuiu para a alta dos preços no período foi o de transportes, que registrou um aumento significativo, de 11,2%, no valor dos combustíveis. O levantamento do Ipea usa como base o comportamento da inflação pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

No mês passado, o índice subiu 0,93% na variação mensal e 6,10% em 12 meses. Entre os fatores apontados para a alta de preços, estão a desvalorização do real, a alta de preços das commodities (os produtos básicos exportados pelo Brasil) e a falta de produtos pela interrupção de algumas cadeias produtivas.

“Os combustíveis tiveram uma alta expressiva em março, o que afetou o bolso da classe média”, avalia a pesquisadora do Ipea Maria Andréia Lameiras. “Para os mais pobres, a alta de preços no grupo de transporte também pressionou, sobretudo por aumentos de transporte público, mas o gasto dessas famílias com combustível é menor.”

Além do impacto da alta dos combustíveis, a aceleração da inflação dos mais ricos também sofreu impacto dos preços no grupo das despesas pessoais, com alta de 0,04%, e da menor queda de preços das passagens aéreas no mês (-2,0%), quando o mesmo período do ano passado registrou redução de -16,8%.

Em 12 meses, no entanto, são as famílias de menor renda as que convivem com a maior inflação, sobretudo em razão das altas dos alimentos. Nesse período, a inflação dos lares com rendimento de até R\$ 1.650,50 é de 7,24%. Enquanto isso, para os mais ricos (na faixa acima dos R\$

R\$ 16.509,66), esse aumento é de 4,67%.

Quando se olha para o dado de 12 meses, que começa em abril do ano passado, é impossível não notar o efeito da alta dos alimentos em domicílio no bolso dos mais pobres” diz Maria Andréia. Ela lembra que, antes do fim da primeira etapa de pagamento do auxílio emergencial, no fim do ano passado, havia uma demanda maior por alimentos. Com um benefício mais modesto este ano, a tendência é de um choque menor.

Em março, o preço da cesta básica em São Paulo teve queda de 0,10%, de acordo com pesquisa do Procon-SP em parceria com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). O preço médio da cesta passou de R\$ 1.014 no fim de fevereiro para R\$ 1.013 no fim de março.

Vendas no varejo sobem após dois meses de queda

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Após dois meses consecutivos de queda, as vendas do comércio varejista voltaram a crescer em fevereiro. A alta, de 0,6%, porém, não é suficiente para compensar o recuo acumulado de 6,3% na virada do ano como reflexo do fim do auxílio emergencial.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o desempenho em fevereiro foi ajudado pela volta às aulas, que levaram o segmento de livros, jornais, revistas e papelaria a um avanço de 15,4%, o maior crescimento entre as atividades pesquisadas.

Porém, na avaliação do gerente da pesquisa do IBGE, Cristiano Santos, o resultado do mês não sinaliza recuperação do setor, mas um ajuste em relação ao mau desempenho dos dois meses anteriores. “Taxa de 0,6% é muito próximo do que chamamos de estabilidade”, disse.

Na comparação com fevereiro de 2020, último mês an-

tes do início da pandemia, as vendas do varejo caíram 3,8%. No acumulado do primeiro bimestre, as vendas do comércio apresentam queda de 2,1%.

“Em fevereiro, temos a volta do orçamento mensal das famílias a uma maior normalidade [após os gastos com pagamentos de impostos como IPVA e IPTU em janeiro] e o retorno dos alunos às escolas, aquecendo as compras de material escolar”, disse Santos.

“Assim, mesmo com o cancelamento do Carnaval, que implica, por exemplo, menores vendas de bebidas alcoólicas nos supermercados, tivemos uma variação positiva nesse mês”, completou.

Quatro das oito atividades pesquisadas pelo IBGE tiveram alta em fevereiro, na comparação com o mês anterior. As vendas de móveis e eletrodomésticos subiram 9,3%; de tecidos, vestuário e calçados avançaram 7,8%; e de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 0,8%.

O comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, teve crescimento de 4,1%, também depois de dois meses de queda.

“Material de construção é uma atividade que tem crescido muito, tanto porque as pessoas, estando mais tempo dentro de casa, acabam vendo necessidade de fazer melhorias em suas residências quanto pelo fato de que grandes obras também vêm sendo retomadas pelas construtoras”, disse o gerente do IBGE.

Impulsionado pelas vendas em supermercados e pelo auxílio emergencial, o comércio teve rápida recuperação após os primeiros meses da pandemia. Em setembro, o setor já havia recuperado todas as perdas de março e abril, e, em outubro, as vendas atingiram o maior patamar da série histórica.

Com a redução do auxílio no fim do ano e, depois, sua extinção, no início de 2021, o cenário foi revertido. Em dezembro, o varejo brasileiro teve o pior desempenho da série histórica da pesquisa, com queda de 6,1% nas vendas.

Combustível pesa na inflação para a classe média

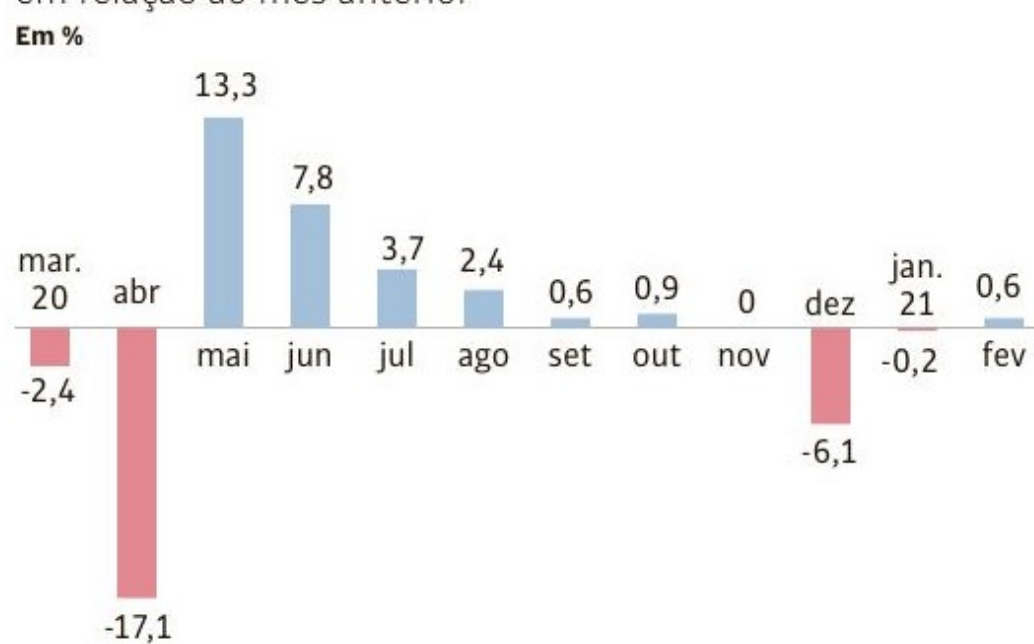
Por faixa de renda do domicílio, em março, em %



Fonte: Ipea

Vendas no comércio avançam em fevereiro

Variação das vendas no varejo em relação ao mês anterior



Evolução do percentual de empresas que relataram impacto do distanciamento social na receita



Variação por atividade em relação ao mês anterior



Fonte: IBGE

Egito exige US\$ 1 bi para liberar navio que bloqueou canal de Suez

BBC NEWS BRASIL Parecia um final feliz.

O sucesso da manobra que acabou destravando o cargueiro Ever Given do canal de Suez, no fim de março, foi festejado por todo o mundo. A história do bloqueio de uma das rotas mais importantes para o comércio internacional havia chegado ao fim.

Mas, na realidade, o problema está longe de ser resolvido. A razão? O Egito decidiu que não vai liberar o navio até que uma multa US\$ 1 bilhão (R\$ 5,7 bilhões) seja paga como compensação pelos danos gerados durante a semana de bloqueio. O cargueiro de quase 400 metros está ancorado no chamado Grande Lago Amargo, um lago salgado situado entre o sul e o norte do canal de Suez.

“O navio permanecerá aqui até que uma investigação seja concluída e a indenização seja paga”, disse Osama Rabie, presidente da ACS, autoridade do canal de Suez, à televisão estatal egípcia.

“Esperamos um acordo rápido”, acrescentou. “No momento em que concordarem com a compensação, o navio poderá se mover.”

Em relação ao valor da indenização, Rabie disse no início de abril que “serão calculados os danos e perdas e quanto as máquinas de dragagem consumiram”. “A estimativa vai chegar a US\$ 1 bilhão ou talvez um pouco mais. É um direito que o Egito tem”, disse.

Esse valor seria calculado com base na perda de taxas de uso do canal perdidas depois que diversos outros navios desviaram a rota, dando a volta pela África do Sul. Além disso, há os danos causados à hidrovía durante a drenagem, os esforços de retirada do cargueiro e os custos com equipamentos e materiais.

Shohei Kisen, empresa japonesa dona da Ever Given, disse que não havia recebido nenhuma reclamação oficial ou ação legal pelo bloqueio causado pela embarcação, mas reconheceu que está em “negociações” com a autoridade do canal.

Segundo Rabie, o encalhe do navio teve grande impacto na rota comercial, com custo de US\$ 14 milhões a US\$ 15 milhões a cada dia de bloqueio.